

OS CICLOS DA ECONOMIA AGROEXPORTADORA DE EL SALVADOR: DA GESTAÇÃO DO LATIFÚNDIO ÀS REVOLTAS CAMPONESAS E POPULARES

Igor Chiosini De Nadai

Licenciado em Ciências Biológicas e especialista em Estudos Latino Americanos.
Mestrando em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe pela UNESP
igaobio@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto das leituras e discussões realizadas em Setembro de 2019 na Turma “Violeta Parra” de Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe, na disciplina de Questão Agrária na América Latina e Caribe, ministrada pelo professor Bernardo Mançano Fernandes, aliado com literaturas mais específicas acerca da questão agrária e dos levantes camponeses e populares em El Salvador, tendo em vista que, o tema da terra e da reforma agrária é um tema nevrálgico ainda não resolvido, mesmo após décadas de lutas e centenas de milhares de mortos pelos massacres e conflitos armados. Assim, pretendendo fazer uma breve aproximação acerca da questão agrária em El Salvador, abordando os principais ciclos agroexportadores do país e as disputas em torno da terra e poder, tendo como protagonistas os movimentos socioterritoriais do país na década de 1980.

CICLOS ECONÔMICOS AGROEXPORTADORES DA AGRICULTURA SALVADORENHA CICLO ANILEIRO COMO DETERMINANTE DA ESTRUTURA AGRÁRIA DE EL SALVADOR NO SÉCULO XIX

De início, analisar a evolução sócio-histórica de El Salvador nos leva a partir do pressuposto de não ignorar em nenhum momento o impacto permanente e profundo da expansão imperialista estadunidense na América Central como causa principal da miséria, concentração fundiária e violência permanente, ou seja, há traços comuns da dependência econômica e subserviência aos Estados Unidos, sem contudo deixar de analisar as particularidades que existem entre os cinco países da região. Ou seja, nosso olhar compreende em todo momento uma América Latina dependente e com descolonização incompleta.

No caso da América Central, desde a ruptura com a Espanha em 1821, a inserção no mercado mundial foi extremamente desigual em relação aos outros países do continente, especialmente do Cone Sul, ou seja, a falta de consolidação de uma extensa economia colonial, fosse esta agrícola ou de extração mineral, se traduziu ao longo de toda a história das pequenas repúblicas, em ciclos frequentes de instabilidade e crise e de um maior grau de subordinação em relação às nações capitalistas hegemônicas que se sucederam após a independência (GUILLÉN, 2014). Assim, no contexto ainda do século XVIII, tendo em vista a

crescente indústria têxtil britânica, o principal produto comercializado foi o anil, um pigmento natural de intenso azul utilizado na coloração dos panos. A produção e exportação do pigmento foram favorecidas com a introdução, pelo império espanhol na década de 1760. Em El Salvador, o anil se tornou o principal produto de exportação e o motor da economia não só do país como também de toda província. Na época, El Salvador era o maior produtor do corante em toda a região hoje conhecida como América Central (GUILLÉN,2014; MONTGOMERY; WADE, 2006,).

No final do período colonial, a crise econômica e agrária da região, efeito do aumento tributário e dos desmandos das elites guatemaltecas, trouxeram consigo os ventos da ruptura com a Coroa Espanhola e, no bojo deste processo, foram as elites produtoras e exportadoras de anil as beneficiárias, uma vez que artesãos e pequenos produtores ficaram arruinados com a invasão das importações inglesas e as populações indígenas sofreram com o aumento da expropriação de suas terras, sendo que, a terra dedicada à agricultura de subsistência, foi progressivamente invadida por fazendeiros produtores de anil. Ou seja, a terra estava à serviço exclusivo das determinações econômicas, e não a serviço do povo e do desenvolvimento nacional. Assim, se observa explicitamente que, mais uma vez, nesse pedaço de América Latina, a posse e uso da terra é marcada com brutal violência e subserviência às potências estrangeiras.

Contudo, El Salvador, na segunda metade do século XIX, há uma falência total do mercado anileiro, devido à introdução de tintas sintéticas produzidas na Alemanha. Por volta de 1875, os grandes fazendeiros, produtores e exportadores, foram obrigados a diversificar a economia e a substituir o corante em decadência por algo que fosse rentável e procurado no mercado internacional, e em consonância com o comércio pujante na América do Sul, o escolhido foi o café.(GUILLÉN,2014)

Assim, na sequência desse fio histórico, não desconhecido entre nós latinoamericanos, que entre um ou outro produto mineral e agrícola, fomos marcados em nossos berços como nações agrominério exportadoras, sob muita violência e expropriação. Neste período do auge da revolução industrial na Europa, inaugurarão para o continente latino-americano uma permanente e mais complexa forma de articulação com as economias centrais, fazendo surgir as tradicionais oligarquias exportadoras de café que reeditam a dependência combinando o novo padrão de desenvolvimento capitalista, modernizante e oriundo do exterior, com as estruturas herdadas do passado colonial, especialmente a escravidão e expropriação de terras indígenas e camponesas.

EMERGÊNCIA DA OLIGARQUIA CAFEEIRA E DO LATIFÚNDIO SALVADORENHO

De acordo com Guillén, estrutura fundiária se transformará radicalmente com a chegada e organização da produção a partir do café, ou seja, se antes os anileiros se

organizavam em sua maioria em inúmeras pequenas e médias propriedades, agora o café exigia a emergência dos grandes latifúndios.

O novo cultivo exigia uma lógica distinta de organização produtiva e novas formas de propriedade agrária. Se nos cinquenta anos anteriores a produção do anil se viabilizara através de inúmeras pequenas propriedades e algumas grandes fazendas, esta nova época requeria a expansão do latifúndio para o cultivo do 'grão de ouro', se iniciando um processo mais aprofundado de eliminação das terras comunais e ejidais. Realizada de forma irregular até meados do século XIX, a extinção total destas terras se viabiliza com a promulgação de leis orientadas a favorecer a propriedade privada por considerar o uso comum da terra um obstáculo para 'o progresso do país'. As primeiras leis de extinção de ejidos em El Salvador, promulgadas em 1860 por Gerardo Barrios, foram o ponto de partida da política econômica da oligarquia emergente que retomaria o liberalismo utópico e romântico (GUILLÉN, 2014 pg.45)

Assim, o resultado foi a concentração fundiária mais drástica de todos os países centroamericanos, fato que permitiu à oligarquia salvadorenha ter acesso a um amplo contingente de trabalhadores e indígenas que perdera suas terras com as reformas: pequenos proprietários se converteram em sem terra ou colonos que moravam de forma permanente em reduzidas parcelas nas grandes fazendas de café. Ou seja, a maior parte da população se proletarizou e caiu na extrema pobreza, enquanto se formava uma reduzida elite cafeeira cada vez mais pujante e privilegiada, controlando a propriedade, processamento e exportação do café.

Sob o ponto de vista político, já nas primeiras décadas do século XX, começa o domínio absoluto do controle econômico e político do império estadunidense, sendo o auge da Dinastia Meléndez Quiñónez, família da oligarquia cafeeira que se revezou no poder durante 14 anos mediante eleições fraudulentas e um controle repressivo e autoritário das classes trabalhadoras, perpetuando o monocultivo do café para exportação e impulsionaram uma série de reformas de caráter político-administrativo reorganizando o Estado em associação com o capital estadunidense no país (GUILLÉN, 2014).

É ainda nesse ciclo, em que uma ligação estreita entre militares, governo e a oligarquia cafeeira se fundem como partes inseparáveis no país, gerando uma massa de camponeses e indígenas desprovidos de condições mínimas existência e dignidade, de modo que

La subordinación de la peonada campesino-indígena, especialmente en Guatemala y El Salvador se obtuvo siempre por la fuerza, muchas veces violencia innecesaria, ajena al control político que los indígenas nunca rechazaron. Los cafetaleros produjeron formas ideológicas de control y subordinación, basadas en el racismo. En tales condiciones que se recrudecieron con la crisis, la autocracia del caudillo militar resultó inevitable. Esto explicaría el rechazo que estos regímenes enfrentaron en la pós-guerra (TORRES-RIVAS, 2007, Pg .42)

Ou seja, o racismo, a superexploração do trabalho e os regimes de trabalho análogo à escravidão, encontram raízes profundas no latifúndio cafeeiro em El Salvador, forjando uma oligarquia racista, concentradora de terra, riqueza e poder político, que ao longo desses anos, se consolida ao lado e através da repressão dos militares e das forças armadas.

DÉCADA DE 1960: MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E APROFUNDAMENTO DA CRISE AGRÁRIA E SOCIAL

Na década de sessenta a agricultura se modernizou aceleradamente em El Salvador e em toda América Latina, através da diversificação e tecnologização dos cultivos com uso intensivo de capital. O café continuava a predominar e junto a este surgiram os cultivos do algodão e da cana-de-açúcar para exportação. Uma nova forma de subjugação e acumulação capitalista se concretiza: os novos empresários agrícolas que emergem se caracterizam por arrendar a terra, introduzir novas tecnologias no cultivo em grande escala de cana-de-açúcar e algodão, utilizar créditos financeiros e utilizar trabalho assalariado.

Dezenas de milhares de camponeses foram obrigados a sair das pequenas parcelas em que viviam, vender sua força de trabalho por salários baixíssimos e a “se empregar sazonalmente como trabalhadores agrícolas ao perder a terra” (TORRES-RIVAS, 2007:85) . As florestas nativas de El Salvador, e de toda América Central, sofreram uma drástica redução na medida em que a expulsão de trabalhadores rurais facilitou a expansão da fronteira agrícola. Um novo ciclo de fome e miséria se inicia, grandes contingentes de pessoas se assentaram em áreas inapropriadas para moradia humana, muitas vezes à beira de estradas e caminhos, ou emigraram para as cidades alojando-se de maneira irregular e precária. No período de 1958 a 1975 “a diminuição na oferta de alimentos de consumo popular produziu uma regressão nos níveis de nutrição de amplos setores da população” (TORRES-RIVAS, 2007:87). O quadro abaixo demonstra com clareza os dois opostos na posse da terra no país e a tamanha disparidade no controle de terras.

Posse da terra em El Salvador, 1971

Tamanho da propriedade	Número de estabelecimentos	Área controlada
<i>Menores de 1,4 hectares</i>	56.350	43.512 hectares
<i>Maiores de 70 hectares</i>	1.667	480.257 hectares

(Elaboração própria, com dados de FLORES, 1998)

Assim, neste período se anuncia em El Salvador o que viria a se desenhar em praticamente todo o campo latinoamericano a partir da década de 60, com a implementação dos chamados pacotes tecnológicos no campo, aliados à implementação de ditaduras por todo o continente e de políticas neoliberais nas economias. Essa receita nós conhecemos

muito bem o gosto amargo que possuí, e o resultado drástico da expulsão das populações do campo para as cidades, aumento da concentração fundiária e da desigualdade social. Para se ter uma ideia do tamanho da concentração de renda, na década de 1970, 10% da população do país controlava 80% da riqueza nacional, onde o café representava 60% da pauta exportadora, gerando uma massa enorme de sem terras ou de camponeses controlando parcelas muito pequena de terras (FLORES, 1998).

LEVANTES E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EM EL SALVADOR.

O que observamos em El Salvador, tanto na causa, quanto no efeito, se repetiu em diferentes nuances e formas nos mais diversos países da América Latina, ou seja, se por um lado observamos o crescimento do latifúndio e da expropriação capitalista no campo, isso sempre teve como consequência seu pólo contraditório, ou seja, a gestação e fortalecimento de movimentos socioterritoriais ligados de uma forma ou outra aos camponeses e povos originários. Utilizamos, portanto, a reflexão de Bernardo Mançano acerca de movimentos socioespaciais e socioterritoriais, em que

Os movimentos (socioterritoriais) territorializados são aqueles que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização. Todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados. Estes ao se territorializarem e romperem com a escala local, se organizam em redes e ampliam suas ações e dimensionam seus espaços.” (FERNANDES, 2005, pg.9)

Ou seja, essas categorias nos ajudam a desfragmentar as categorias de espaço e território, pois o território (seja ele material ou imaterial) é criado e determinado a partir do espaço por meio da conflitualidade das forças opostas que buscam criar e controlar esses territórios. Em El Salvador, gestou-se ao menos dois momentos angulares em sua história recente de conflitos territoriais, ou seja, conflitos sociais e políticos que têm em sua origem a exploração da terra e do camponês pelo capital. Um é marcado pelo levante camponês de 1932, onde aparece a figura histórica de Farabundo Martí, e outro, como herança da mesma luta, as organizações político militares da década de 80, reunidas na Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

FARABUNDO MARTÍ E O LEVANTE CAMPONÊS DE 1932

Como relatamos acima, no século XX o país vivia sob a dependência quase absoluta do comércio cafeeiro e, em meio à crise de 1929, baixam-se drasticamente os preços do café, o que contribuiu para gerar uma revolta popular generalizada, em que havia manifestações massivas entre os trabalhadores da cidade e os camponeses endividados perderam suas

terras e eram submetidos à regimes de servidão nas fazendas, além de muita repressão e morte pela Guarda Nacional. (MONTGOMERY; WADE, 2002)

Nesse período de crise capitalista e de ascenso da luta de massas, o recém-criado Partido Comunista de El Salvador (PCS) decide participar das eleições para a Assembléia Legislativa e para os Conselhos Municipais. O resultado assustou a burguesia local, pois obteve um número muito grande de votos em muitas cidades do país e saem vitoriosos em várias delas, contudo, todas essas vitórias são anuladas ou fraudadas e nesse processo, um camponês chamado Farabundo Martí, se destaca como grande agitador popular. Havia um descontentamento geral do povo e até mesmo da burguesia com o governo do general Hernandez, e assim, o PCS com núcleos de soldados no Exército, preparam o dia da insurreição popular em janeiro de 1932, em que camponeses armados tomam várias cidades e passam a liderar o levante popular que dura mais ou menos 3 dias. Em resposta da repressão do Estado, forma-se a “Guarda Cívica”, um corpo de milícia auxiliar do Exército, que juntos desataram uma “matanza”, assassinando ao menos 20.000 camponeses, sendo essa uma marca inapagável para a trajetória do povo salvadorenho (GÓMEZ,2010). Ou seja, nesse episódio podemos ver um momento de fluxo e refluxo na disputa territorial e de expansão de territorialidades, como ressalta Fernandes, nesse movimento dialético entre territorialização e desterritorialização:

Acontece ao mesmo tempo a expansão e a destruição; a criação e o refluxo. Esse é o movimento do processo geográfico conhecido como TDR, ou territorialização – desterritorialização – reterritorialização. Enquanto a territorialização é resultado da expansão do território, contínuo ou interrompido, a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas.” (FERNANDES,2005, pg.10)

Assim, se ao longo de séculos, os camponeses e indígenas tiveram seus territórios expropriados de uma maneira ou outra pelo capital agrário, significa também que além da perda física de seus territórios, também perdem a possibilidade de produzir suas relações sociais que mantinham aqueles territórios, ou seja, não são mais capazes de produzir territorialidades camponesas. Porém, eventualmente, em alguns ciclos históricos, através de organizações coletivas e levantes populares, houve momentos reterritorialização, como fica mais nítido nos processos vividos na década de 1970 e 1980, com a organização da Frente Farabundo MARTÍ de Liberação Nacional (FMLN).

FMLN: A RETERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA E POPULAR

Após a *Matanza*, como ficou conhecido o massacre camponês de 1932, e ainda em meio aos efeitos da crise econômica internacional de 1929, forma-se uma aliança entre exército e oligarquia cafeeira, que dominou a sociedade salvadorenha nos sessenta anos

seguintes, ou seja, o capital agrário se reterritorializa através de muita repressão do Estado contra os camponeses.

Assim, já no fim da década de 1960, os preços do café internacional despencaram mais uma vez e, aliados às políticas econômicas do governo, aumentando drasticamente o número de desempregados e assim, aumentam em milhares o número de camponeses sem terra, chegando em 1975 a 41% da população do país(MONTGOMERY ; WADE , 2002). Está aí a matéria-prima para um novo conflito socioterritorial entre camponeses sem terra, trabalhadores desempregados , contra a repressão do Estado e o capital agrário, é o gérmen e a base social do que na década de 1970 virá a ser uma unidade de organizações político – militares, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional(FMLN), protagonista de uma guerra popular no país entre 1980 e 1992, com o desfecho nos acordos de Paz de 1992.

Nesse período, como explicitado, a situação econômica e social do país beirava a barbárie, e assim, milhares de camponeses se organizam politicamente e militarmente, e passam a controlar relativamente alguns territórios e regiões do país, sempre em conflito com as forças armadas do Estado. Contudo, nesse período, muitas fazendas são expropriadas pela organização popular, e passam a produzir novas territorialidades, com produção de alimentos, reconstrução de comunidades e de simbologias camponesas (MONTGOMERY; WADE 2002; GUILLÉN,2014).



Mapa1: Áreas de maior influência e ações da FMLN no início da década (1981-1982)

Retirado de https://www.soc.mil/ARSOF_History/articles/v3n1_paraiso_page_2.html

Esse mapa, de forma generalizada, mostra que já no início da década de 1980, há uma forte expansão e presença territorial da FMLN, sendo sua base em grande maioria camponesa e indígena, especialmente nos territórios ao Norte do país, distrito de Morazán, e a ousada presença constante numa região vulcânica a poucos quilômetros da capital, o cerro

de Guazapa. Ou seja, de maneira geral, houve uma possibilidade de uma reterritorialização relativa dos camponeses através da organização político-militar, que ao longo da década permanentemente avançava e regredia, em termos políticos e territoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos nesse breve ensaio, fazer uma reflexão acerca de como o capital agrário em seus movimentos de expansão, expoliação e expropriação, acabam por gerar um movimento dialético de territorialização - desterritorialização e, portanto, de novas territorialidades (MANÇANO,2005), ao passo que, no decorrer da luta de classes, acaba também por produzir e fortalecer seu pólo antagônico, que são os sem terra e povos originários expropriados de suas terras e de suas territorialidades.

Em El Salvador, isso produziu ao menos duas ondas históricas em que os camponeses buscaram se reterritorializar através de uma organização coletiva, ou seja, produzir novos territórios e novas territorialidades. Essa é ainda uma história não concluída, no qual o uso e a posse pela terra nunca foram resolvidos de forma democrática no país, mesmo a custa de centenas de milhares de vidas. Na América Latina, possuir terra é deter poder político e econômico, portanto, a possibilidade de um país e de uma América Latina mais justa, passa necessariamente pela reforma agrária, pela revisão da posse e uso da terra, onde os camponeses e camponesas possam criar territórios e territorialidades camponesas, de vida e de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

GÓMEZ, Jorge Arias. **Farabundo Martí: La biografía clásica**. Ed. Ocean Sur, 2010.

GUILLÉN CARÍAS, María Gabriela. **Vozes de Morazán: mulheres, resistência e organização popular** /2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista NERA – ANO 8, N. 6 – JANEIRO/JUNHO DE 2005.

FLORES, Margarita. **El Salvador: trayectoria de la reforma agraria, 1980-1998**. Revista *Mexicana de Sociología* Vol. 60, No. 4 (Oct. - Dec., 1998), pp. 125-151.

TORRES RIVAS, Edelberto. **La Piel de Centroamerica: una vision epidermica de setenta y cinco años de su historia** / Edelberto Torres Rivas. - 1ª ed. - San Jose, C. R. : FLACSO, 2007.

WADE, Christine e SUE-MONTGOMERY, Tommie. **A Revolução Salvadorenha**. 2002, Editora Unesp.